

FH cancela viagens

Os conselheiros políticos recomendaram, o Palácio do Planalto determinou e o Itamarati já está tratando de cancelar as duas viagens internacionais que o presidente faria ao Líbano e a Cabo Verde, antes da eleição de outubro. Na agenda permanece apenas a ida à Argentina em julho, como as outras duas, para uma reunião do Mercosul. Ou seja, aquilo que na semana passada era uma preocupação da área política do governo transformou-se em decisão oficial.

Fernando Henrique Cardoso resolveu acatar os conselhos para que não se afastasse mais do país, a fim de não reforçar no eleitorado ainda mais a impressão de que está alheio aos problemas brasileiros. O Itamarati não considera o cancelamento um problema diplomático incontornável, por duas razões: primeira, não há por que contra-argumentar quando o risco apontado pelos políticos tem grandes chances de ser real. E, segunda, depois que foi cancelada a viagem à Espanha quando o presidente já estava lá, em março, nada mais é difícil de ser desfeito.

Ao Líbano, Fernando Henrique faria uma viagem de Estado que está sendo combinada há dois anos. Na agenda nada havia de específico, a não ser a missão de "ampliar relações bilaterais". O grupo precursor que sempre vai alguns dias antes ao país a ser visitado para preparar a viagem ainda não tinha data para embarcar e, no Palácio do Planalto, o que se diz é que nem havia sido "batido o martelo" a respeito da confirmação mesmo. Isso não é de toda uma verdade, dado que o Itamarati já tinha dia certo: 29 de julho.

A saída será pedir aos libaneses o adiamento para uma nova data. Ontem ainda estavam sendo discutidas certas formalidades como, por exemplo, a forma de comunicação. Não estava certo se seria através do embaixador do Líbano no Brasil ou se o embaixador brasileiro em Beirute daria a notícia ao governo. Obviamente que a alegação não será eleitoral. O Brasil dirá apenas que, por hora, o presidente não pode se afastar.

O outro cancelamento, da viagem a Cabo Verde, é ainda menos complicado de administrar, na visão do Itamarati. O presidente iria a uma reunião do grupo de países de língua portuguesa, onde agora será substituído pelo vice, Marco Maciel.

A viagem à Argentina será mantida porque a agenda tem uma missão concreta e específica que é a reunião do Mercosul, e jamais poderia ser tomada como uma viagem que não estritamente de trabalho.

O presidente iria ao Líbano acompanhado de uma grande comitiva de parlamentares de ascendência libanesa que, agora, também terão de receber explicações.

Mas, segundo a diplomacia, qualquer dano político nesse setor é nenhum se comparado aos riscos eleitorais que a manutenção da agenda internacional poderia acarretar.

A decisão de ficar no Brasil até a eleição já estava tomada na viagem de volta dos Estados Unidos, na segunda-feira, e o assunto foi tratado entre a comitiva no avião presidencial.

Na avaliação do governo, a ida a Washington foi positiva do ponto de vista da mídia. O que não se sabe ainda é se teve algum impacto negativo sobre o eleitorado, o que será desvendado pelas pesquisas telefônicas diárias da empresa MCI.

No Planalto considera-se que não tinha cabimento sequer pensar em cancelar a visita a Bill Clinton porque, além do significado diplomático do fim de semana em Camp David, foi estratégica a visibilidade que se deu ali para o assunto combate ao tráfico de drogas.

De qualquer forma, ao aceitar conselhos que nunca considerou ao longo do governo — já que internamente o presidente tem interlocutores que sempre consideraram suas viagens ao exterior excessivas —, Fernando Henrique deixou bem claro que, nesses tempos pré-eleitorais, quem compõe a agenda do governante e do candidato são os políticos.

Nenhum ato de governo ou de campanha será definido sem que antes o presidente ouça seus conselheiros que necessariamente não são aqueles cujos nomes aparecem todos os dias nos jornais. Embora esses também possam ter seus palpites levados em consideração.

E desde a semana passada vários deles vinham fazendo pesadas críticas aos périplos estrangeiros dizendo que não só não rendiam um voto sequer como poderiam contribuir para boas perdas. Em bom português, acham que esse boi só engorda se o dono do cargo estiver permanentemente de olhos pregados no eleitorado que, pretende, seja majoritariamente seu em 4 de outubro.

A parada está, portanto, nas mãos de quem o presidente considera que reúne as condições para avaliar politicamente suas ações e anteciper os movimentos do eleitorado. Esse setor ganhou quando o convenceu a partir para a ofensiva contra Luiz Inácio Lula da Silva, ganhou quando conseguiu convencer a equipe econômica a tratar o Orçamento com sensibilidade eleitoral e ganhou agora quando fez o presidente abrir mão temporariamente daquilo que sempre lhe foi caro: a afirmação de seu prestígio internacional.

Daqui para a frente, então, já se sabe: será feito tudo o que os mestres conselheiros mandarem, e a palavra de ordem é trabalhar com tolerância zero a toda e qualquer possibilidade de risco eleitoral.

Os políticos convenceram FH de que seria um risco eleitoral sair do país daqui até outubro